

PROCESSO SEI Nº 7910.2020/0000614-4

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 007/2021

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM ENGENHARIA, ARQUITETURA E URBANISMO PARA EXECUÇÃO DOS LEVANTAMENTOS DE CAMPO, SERVIÇOS GEOTÉCNICOS, ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DA LIGAÇÃO VIÁRIA GRAÚNA-GAIVOTAS - CONEXÃO SUL - ENGLOBALANDO OS SEGMENTOS 1 COM 1,42 KM E SEGMENTO 3 COM 2,39 KM, NA REGIÃO SUL DA CIDADE DE SÃO PAULO.

1. PREÂMBULO

A EMPRESA SÃO PAULO OBRAS – SPObras torna público, para conhecimento dos interessados, a realização da licitação, na modalidade de Concorrência, de acordo com as condições fixadas neste edital e seus anexos, para prestação de serviços técnicos especializados para a execução dos levantamentos de campo, serviços geotécnicos, elaboração de projetos básicos, projetos executivos e dos estudos ambientais para implantação da PONTE JURUBATUBA, sentido Centro-Bairro e das vias complementares de conexão com o Sistema Viário existente, conforme detalhado Anexo I – Termo de Referência.

2. INFORMAÇÕES INICIAIS

2.1. Tipo de Julgamento: As propostas serão julgadas pelo critério de técnica e preço, conforme artigo 45, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

2.2. Legislação Regedora: A licitação rege-se pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Municipal nº 13.278/02 e suas alterações, Lei Municipal nº 14.145 de 07/04/06, Decreto Municipal nº 44.279/03, Lei Complementar n.º 123/06, Lei Complementar n.º 155/2016, Decreto Municipal n.º 48.184/07, Decreto Municipal 56.475/2015, Decreto Municipal n.º 50.977/09.

2.3. Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

2.4. Prazo de execução: 12 (doze) meses, a contar da data fixada na Ordem de Serviço.

2.5. Valor estimado para a execução do objeto licitado é de: R\$4.808.048,85, (quatro milhões, oitocentos e oito mil, quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), na Data Base de janeiro/2021 (sem desoneração).

2.6. Valor da Garantia da Proposta Comercial: R\$48.000,00(quarenta e oito mil reais).

2.7. Prazo para prestação da Garantia da Proposta Comercial: no ato do credenciamento, em sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes.

2.8. Disponibilidade do Edital: O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta e para *download* no site: <http://e-negociosciadesp.prefeitura.sp.gov.br>., a partir de **26/11/2021**. Orientações

sobre este procedimento poderão ser obtidas junto à Gerência de Licitações e Contratos, através do telefone 3113-1571 ou pelo e-mail licitacoes@spobras.sp.gov.br.

2.9. Data e Local de Entrega dos Envelopes: das **10h00** às **10h30 min** do dia **14/01/2022** no Auditório localizado no 7º andar, Av. São João, 473, Centro - São Paulo/SP.

2.10. Abertura dos Envelopes: **10h30min** do dia **14/01/2022**, no endereço acima.

2.11. Pedido de Esclarecimentos sobre o Edital: Deverão ser formulados por escrito até o dia **06/01/2022 às 17h00** e ser transmitidos unicamente via e-mail, endereçados à licitacoes@spobras.sp.gov.br. A Comissão Permanente de Licitação responderá aos questionamentos e disponibilizará no site <http://e-negociosidadesp.prefeitura.sp.gov.br>, e comunicará por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC. **Em hipótese alguma serão respondidos questionamentos feitos por telefone.**

2.11.1. Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela SPObras.

2.11.2. No caso de ausência de solicitação, pelas licitantes, de esclarecimentos adicionais aos ora fornecidos, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, quaisquer reclamações.

Observação Importante: As informações contidas neste preâmbulo não afastam a necessidade da leitura atenta de todo o conteúdo deste Edital, uma vez que elementos fundamentais para a participação nesta licitação encontram-se em suas páginas.

3 – FINALIDADE E ANEXOS

3.1. Este Edital tem por finalidade estabelecer instruções e regular os procedimentos para as empresas interessadas em participar da Concorrência nº 007/2021 a ser realizada pela Empresa São Paulo Obras - SPObras.

3.2. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência e anexos.

- Anexo II - Modelo do Quadro Histórico Profissional
- Anexo III - Critérios de Análise e Julgamento da Proposta Técnica
- Anexo IV - Modelo de Carta para Apresentação da Proposta Comercial.
- Anexo V - Modelo de Carta de Credenciamento.
- Anexo VI - Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia da Proposta Comercial.
- Anexo VII - Modelo de Declaração de Não Impedimento.
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de Atendimento ao Disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas atualizações.
- Anexo IX - Modelo de Declaração de conhecimento dos projetos, especificações e local.
- Anexo X - Modelo de Declaração Atendimento às Exigências de Participação de Microempresa-ME e Empresa de Pequeno Porte -EPP
- Anexo XI - Minuta do Contrato
- Anexo XII - Arquivos de Orçamento
- Anexo XIII – Modelos arquivos técnicos
- Anexo XIV - Normas Administrativas da SPObras:

4. OBJETO E PRAZO

- 4.1. Constitui objeto da presente licitação a execução dos levantamentos de campo, ensaios, sondagens, elaboração de Projeto Básico, elaboração do projeto executivo e execução dos relatórios técnicos dos projetos da Ligação Viária Graúna-Gaivotas - englobando os Segmentos 1 com 1,42 km e o Segmento 3 com 2,39 km, na Região Sul da Cidade de São Paulo, conforme detalhado Anexo I – Termo de Referência.
- 4.2. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 15 (quinze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.
- 4.3. O prazo de execução dos serviços a serem contratados é de 12 (doze) meses contados da emissão da Ordem de Serviço.

5. REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços objeto desta licitação serão executados no Regime de Empreitada por Preço Unitário.

6. FONTE DE RECURSOS

- 6.1. Os serviços serão remunerados com recursos municipais oriundos da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, sendo os serviços remunerados com recursos da PMSP, onerando a dotação orçamentária, 87.10.15.451.3009.5.100.44903900.08, 98.22.15.451.3009.5.100.44903900.08, e 22.10.15.451.3009.5.100.44903900.00. A licitante vencedora da presente licitação firmará Contrato diretamente com a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB. A homologação do certame fica condicionada a efetivação da reserva de recursos, que deverá ocorrer observado o exercício orçamentário.

7. ORÇAMENTO

- 7.1. O valor do orçamento para a execução do objeto desta licitação é de R\$4.808.048,85, (quatro milhões, oitocentos e oito mil, quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), na Data Base de janeiro/2021 (sem desoneração), que é o valor máximo **admissível pela SPObras**, já acrescido da taxa percentual de BDI de 33,20% (trinta e três vírgula vinte por cento) para projetos.
- 7.2. Correrão por conta exclusiva da licitante vencedora todos os tributos, taxas e/ou encargos de quaisquer natureza devidos aos poderes públicos, federais, estaduais e/ou municipais, comprometendo-se esta a saldá-los, por sua conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como despesas com encargos trabalhistas e sociais, mão de obra, transportes de seu pessoal e de materiais e todos os custos direta ou indiretamente relacionados com o objeto da contratação.

8 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 8.1. Será permitida a participação de empresas que atenderem às exigências do Edital, isoladamente ou reunidas em consórcio, e que tenha como objeto social a execução de serviços compatíveis com os descritos neste Edital.
- 8.2. As empresas participantes de um consórcio não poderão participar da licitação isoladamente ou integrando outro consórcio, seja na qualidade de controladoras, coligadas, interligadas, subsidiária (integral ou parcial).
- 8.3. As empresas participantes de um consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, em que deverão ser observados pelas empresas consorciadas os requisitos previstos nos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404/76 e no art. 33 da

Lei nº 8.666/93 e alterações. Do Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio deverão constar as seguintes cláusulas:

- a) Designação do consórcio, sua composição e indicação da participação de cada empresa consorciada;
- b) Endereço;
- c) Objeto do consórcio;
- d) Prazo de duração do consórcio, que deverá respeitar o prazo de recebimento definitivo dos serviços, acrescido de 06 (seis) meses;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado em relação ao objeto da presente licitação;
- f) Compromissos e obrigações dos consorciados, dentre as quais a de que cada consorciado responderá solidariamente por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente licitação, pelo prazo de duração do consórcio, respeitado o estabelecido na alínea “d”.
- g) Indicação da empresa líder do consórcio, autorizada a assumir todas as responsabilidades, bem como receber instruções, em nome das empresas consorciadas junto à PMSP, observado o disposto no subitem 8.3.1 deste;
- h) Designação do(s) representante(s) do consórcio, inclusive com poderes para firmar o eventual contrato decorrente da presente licitação;
- i) Compromisso de que apresentarão, antes da assinatura do contrato decorrente da licitação, o instrumento de constituição do consórcio e respectivo CNPJ;
- j) Compromisso de que providenciarão o arquivamento do instrumento da constituição do consórcio no registro do comércio local de sua sede e respectiva publicação da certidão de arquivamento ou registro, no cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme a natureza das pessoas consorciadas, com anterioridade à assinatura do eventual contrato decorrente da presente licitação.
- k) Compromisso de que o Consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da PMSP, até o recebimento definitivo dos serviços que vierem a ser contratados;

8.3.1. Como **condição de liderança**, nos termos do inciso II, art.33, da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa líder do Consórcio deverá, obrigatoriamente, deter a maior participação no consórcio.

8.4. Apresentação de documentos no caso de consórcio:

8.4.1. Os documentos exigidos nos itens 13.1, 13.2, 13.3.1, 13.4.1, e 13.5, deverão ser apresentados individualmente por todas as empresas consorciadas.

8.4.2. As exigências referentes à comprovação da qualificação técnico-operacional deverão ser atendidas pelo Consórcio ou por qualquer empresa integrante do Consórcio.

8.4.3. O conjunto de todos os serviços exigidos para comprovação da qualificação técnico-operacional deverá ser atendido integralmente pelo Consórcio, sendo admitida a somatória de atestados das empresas integrantes do Consórcio.

8.4.4. Em caso de consórcio, a Garantia da Proposta Comercial poderá ser prestada por uma única empresa ou pelas diferentes empresas que o compõem, desde que sua soma atinja o valor estabelecido neste Edital, devendo ser prestada no mesmo ato na data de abertura do certame. Ainda, deverá ser acompanhada de documento com o nome do Consórcio e a identificação de todas as empresas que o integram.

8.5. Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/06 e alterações, regulamentados pelo Decreto Municipal nº 56.475/15, e deverão observar o quanto disposto neste edital.

8.6. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte participe desta licitação, como integrante de consórcio, deverão ser observadas as seguintes condições:

8.6.1 Consórcio formado por ME ou EPP em conjunto com empresas que não fazem jus ao regime diferenciado: Não terá direito aos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

8.6.2 Consórcio formado por ME e EPP cujo faturamento conjunto ultrapasse o limite previsto no inciso II, artigo 3º, da Lei Complementar 123 (R\$ 4.800.000,00): Não terá direito aos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

8.6.3 Consórcio formado por ME e EPP cujo faturamento conjunto não ultrapasse o limite previsto no inciso II, artigo 3º, da Lei Complementar 123 (R\$ 4.800.000,00): Terá direito aos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

8.7. Será vedada a participação de empresas:

- 8.7.1. Declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de licitar ou contratar por ato de qualquer órgão do Poder Público Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, nos termos da Orientação Normativa nº 03/2012-PGM, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 8.7.2. Sob processo de concordata ou falência, em liquidação ou em dissolução;
 - 8.7.3. Em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto no caso de apresentação da Certidão prevista no item 13.3.1.1 deste Edital;
 - 8.7.4. Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
 - 8.7.5. Que tenham sido condenadas por agressões ao meio ambiente, ou infrações à legislação sobre segurança e saúde no trabalho nos termos da Lei Municipal nº 11.091/91.
 - 8.7.6. Cooperativas, conforme Decreto Municipal nº 52.091/2011.
 - 8.7.7. Cujas garantias de proposta não atender às exigências do edital e da legislação aplicável à matéria.
- 8.8. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e seus anexos, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do(s) local(is) onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

9. CREDENCIAMENTO

- 9.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto à COMISSÃO por um representante, conforme modelo do Anexo V que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;
- 9.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida e com poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome da representada, conforme modelo constante do Anexo V. Em sendo o representante sócio, proprietário,

dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá, nessa ocasião, apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

- 9.3. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte participe desta licitação, deverão apresentar, em separado, no ato da entrega dos envelopes exigidos na presente licitação:

9.3.1. Comprovante de inscrição e de situação cadastral da pessoa jurídica no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.3.2 Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, bem como de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação (artigo 3º, § 1º, Decreto nº 56.475/2015), conforme modelo Anexo X.

9.3.2.1. A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante e por seu contabilista, identificado com seu número de registro perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

9.3.3 Em caso de dúvida, a Comissão poderá, a seu critério, solicitar a apresentação das notas de faturamento dos últimos meses, para a comprovação do disposto e para aferição do atendimento aos §§ 9º e 10 da Lei Complementar nº 123/06.

9.3.4 A falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

- 9.4. No ato do credenciamento a licitante deverá apresentar a garantia da Proposta Comercial, em original, nos termos do Preâmbulo deste Edital. A Garantia deverá ter a validade não inferior a 60 (sessenta) dias da abertura do certame e ser depositada em dinheiro, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTM, seguro-garantia ou em carta de fiança bancária.

- 9.4.1. A garantia, quando prestada nas modalidades fiança bancária ou seguro garantia, deverá observar as normas editadas pela Secretaria Municipal de Finanças – SF, que dispõe que essas garantias deverão ser prestadas preferencialmente por estabelecimento bancário ou seguradora com domicílio no Município de São Paulo.
- 9.4.2. Caso a fiança bancária não seja prestada por estabelecimento domiciliado no Município de São Paulo, deverá constar no verso da garantia apresentada o endosso que atribua a um estabelecimento bancário com domicílio na Cidade de São Paulo, total comprometimento, inclusive com responsabilidade solidária, com todos os termos da garantia.
- 9.4.3. Se a licitante prestar a garantia na modalidade de Carta de Fiança Bancária, esta deverá ser emitida pelo banco de acordo com o modelo Anexo VI, com firma reconhecida.
- 9.4.4. Se a licitante prestar a garantia na modalidade de seguro-garantia, o pagamento da apólice/boleto deverá estar quitado no ato de sua entrega.
- 9.4.5. Não será permitida caução em títulos gravados com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade ou intransferibilidade.

10. INSTRUÇÕES DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 10.1. A participação na licitação se efetivará mediante a apresentação na data, hora e local indicados expressamente no Preâmbulo do presente Edital dos 03 (três) envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho, respectivamente, “Proposta Técnica”, “Proposta Comercial” e “Habilitação”, endereçados à Presidente da Comissão Permanente de Licitações. Externamente deverão conter o nome ou timbre da empresa licitante e os dizeres abaixo:

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA TÉCNICA

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº

OBJETO: .

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº

OBJETO: .

ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº

OBJETO:

- 10.2. A documentação, a proposta técnica e a proposta comercial deverão ser apresentadas em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, entrelinhas, omissões ou mesmo partes essenciais escritas à margem do texto. Todos os documentos deverão ser redigidos em português, ressaltando-se as expressões técnicas de uso corrente.
- 10.3. Recomenda-se que sejam os volumes devidamente encadernados, com suas folhas rubricadas e numeradas em ordem crescente, apresentando no final um Termo de Encerramento, no qual se declare o número de folhas da pasta, assinado pelo representante constituído, devendo conter na capa a titulação do conteúdo, o nome do licitante, o número do edital, a identificação da licitação.

11. PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE Nº1

A Proposta Técnica deverá ser apresentada em 1 via, elaborada em papel timbrado da licitante e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com folhas numeradas sequencialmente, todas rubricadas e afixadas entre si, encadernadas, em formato A4, fonte Times New Roman 12, espaçamento simples, em linguagem clara, sem emendas, borrões, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e ser datada e assinada pelo representante legal da proponente ou procurador, juntando-se cópia do instrumento de procuração.

Admitir-se-á a utilização de outro tipo e tamanho de fonte para apresentação de quadros, fluxogramas, tabelas e ilustrações entre textos, bem como a apresentação destes em folhas de tamanho A3. Folhas maiores não serão admitidas.

Os textos contidos em páginas adicionais que ultrapassarem o limite máximo

definido para cada item, não serão objeto de qualquer análise para fins de atribuição de NOTA DE PROPOSTA TÉCNICA. Não serão computadas as folhas de rosto e índices para fins do limite fixado para cada item.

Não serão computadas as páginas para a apresentação dos atestados e respectivas Certidões de Acervos Técnicos, porém cada currículo deverá ser apresentado em no máximo 3 (três) páginas.

Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou por cópia simples acompanhada do original para autenticação por membro da COMISSÃO.

A apresentação da proposta deverá descrever, resumidamente, o seu conteúdo, limitada a um máximo de duas páginas, formato A4, exclusive a folha de rosto.

O caderno da Proposta deverá conter, na capa, a titulação do conteúdo, o nome da proponente, o número da Concorrência e o objeto da Licitação e ainda, conter o Termo de Início e o Termo de Encerramento, este ao final do volume. O Termo de Início deverá declarar a quantidade de folhas que o compõe, e seu conteúdo, destacando os itens e a paginação dos tópicos de cada elemento correspondente à matéria incluída (índice dos documentos).

Caso haja diferença entre algum(ns) dos documentos, prevalecerá(ão) o(s) documento(s) original(is) ou autenticado(s).

Os documentos apresentados na Proposta Técnica serão utilizados na análise de julgamento técnico e pontuação, e serão considerados os tópicos relativos ao Conhecimento do Problema, à Metodologia e Plano de Trabalho e à experiência da Equipe Técnica, conforme consta nos critérios de avaliação técnica da proposta.

11.1.-. CONHECIMENTO DO PROBLEMA – N1

A licitante deverá apresentar trabalho dissertativo que será avaliado conforme os critérios de julgamento, visando demonstrar o grau de conhecimento sobre os aspectos envolvidos nos serviços a executar. O “Conhecimento do Problema” deverá ser desenvolvido utilizando-se no máximo 10 (dez) páginas em tamanho A4, fonte Times New Roman 12, espaçamento simples, e até 5 páginas adicionais em tamanho A3, para apresentação de gráficos, quadros e ilustrações.

A licitante deverá demonstrar o conhecimento, sua visão e análise do objeto da presente Licitação, através de uma abordagem sucinta e técnica – conceitual dos serviços, abrangendo os aspectos constantes do Termo de Referência – Anexo I.

- a) Nível de conhecimento do empreendimento;
- b) Problemas potenciais que possam interferir no projeto, eventuais interferências, dificuldades que poderão ser encontradas e as suas propostas de solução;
- c) Análise dos riscos esperados na execução dos projetos.

11.2.-. METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO – N2

Para a elaboração da Metodologia e do Plano de Trabalho poderão ser utilizadas no máximo 20 (vinte) páginas em tamanho A4, fonte Times New Roman 12, espaçamento simples, e até 5 páginas adicionais em tamanho A3, para apresentação de gráficos, quadros e ilustrações.

Neste item a LICITANTE deverá expor seus métodos e sistemas de trabalho enfocando:

- a) Definição das atividades, com as respectivas relações de interdependência, apresentando em linhas gerais, a sequência cronológica das etapas necessárias ao desenvolvimento dos serviços em forma gráfica e analítica;
- b) Descrição detalhada da metodologia a ser adotada na execução das atividades constantes no escopo dos serviços;
- c) Organograma funcional da equipe de trabalho com descrição de funções e atribuições e de relacionamento com a SPObras;
- d) Cronograma de permanência de todos os profissionais com carga horária mensal que serão alocados aos serviços e demais recursos a serem colocados à disposição, tais como: instalações, veículos e equipamentos (inclusive de processamento e reprografia);
- e) Relação dos produtos que serão fornecidos à SPObras para atendimento do objeto deste certame.

11.3. – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA – N3 e N4

Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos de sua área de atuação (engenheiro civil, e/ou arquiteto e demais profissionais habilitados junto ao CREA/CAU) e que deverão recolher as respectivas ART's.

Serão consideradas as pontuações referentes aos seguintes profissionais:

- a) Coordenador Geral;
- b) Coordenador Setorial – Geométrico Viário;
- c) Coordenador Setorial – Pavimentação;
- d) Coordenador Setorial – Drenagem;
- e) Coordenador Setorial – Arquitetura/ Urbanismo;
- f) Consultor de Estruturas/Geotecnia;

Para pontuação da experiência da Equipe Técnica deverão ser apresentado(s) atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica em nome dos profissionais indicados, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, se houver, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, de acordo com o estabelecido no ANEXO III - Critérios de Análise e Julgamento das Propostas Técnicas.

11.3.1 - COORDENADOR GERAL

Um único profissional deverá ser indicado para a função de COORDENADOR GERAL, que será o elemento de ligação entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução do contrato e será o responsável pela integração de todos os projetos.

Coordenador Geral: profissional de nível superior (engenharia ou arquitetura), com experiência mínima de 20 (vinte) anos, em coordenação ou elaboração ou responsabilidade técnica de projetos, comprovada pela apresentação do histórico profissional, com no máximo 3 (três) páginas, conforme modelo (anexo II) e assinado pelo profissional, contendo descrição das atividades desenvolvidas pelo profissional e seus respectivos períodos. Para comprovação do tempo mínimo de experiência, serão aceitas atividades de coordenação ou elaboração ou responsabilidade técnica em projetos.

Para pontuação, o profissional deverá apresentar atestados e CATs para comprovação de experiência em coordenação ou responsabilidade técnica de projeto de acordo com as disciplinas detalhadas no Anexo III, Quadro 2;

11.3.2. EQUIPE TÉCNICA – COORDENADORES SETORIAIS

A Equipe Técnica deverá ser formada por um grupo de profissionais que atuarão como coordenadores setoriais e serão os responsáveis nas áreas relacionadas abaixo. Um profissional poderá ser Coordenador Setorial de até 2 (duas) áreas.

- **Coordenador Setorial – Geométrico:** profissional de nível superior (engenheiro civil) com experiência mínima de 20 (vinte) anos em coordenação ou elaboração ou responsabilidade técnica de projetos de acordo com a disciplina detalhada no Anexo III.
- **Coordenador Setorial – Pavimentação:** profissional de nível superior (engenheiro civil) com experiência mínima de mínima de 20 (vinte) anos em coordenação ou elaboração ou responsabilidade técnica de projetos de acordo com a disciplina detalhada no Anexo III
- **Coordenador Setorial – Drenagem:** profissional de nível superior (engenheiro civil) com experiência mínima de mínima de 20 (vinte) anos em coordenação ou elaboração ou responsabilidade técnica de projetos de acordo com a disciplina detalhada no Anexo III.
- **Coordenador Setorial – Arquitetura/ Urbanismo:** profissional de nível superior (arquiteto e/ou urbanista) com experiência mínima de mínima de 20 (vinte) anos em coordenação ou elaboração ou responsabilidade técnica de projetos de acordo com a disciplina detalhada no Anexo III.
- **Consultor de Estruturas/Geotecnia:** profissional de nível superior (engenharia) com experiência mínima de mínima de 20 (vinte) anos em consultoria técnica de Projetos de acordo com a disciplina detalhada no Anexo III.

11.3.3. CONDIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA

11.3.3.1. Para comprovação do tempo mínimo de experiência dos profissionais da equipe técnica deverá ser apresentado histórico profissional, com no máximo 3 (três) páginas, conforme modelo (anexo II) e assinado pelo profissional, contendo descrição das atividades desenvolvidas pelo profissional e seus respectivos períodos. Para comprovação do tempo mínimo de experiência, serão aceitas atividades de coordenação ou elaboração ou responsabilidade técnica em projetos.

11.3.3.2. Para pontuação da equipe técnica, cada profissional deverá apresentar atestados e CATs para comprovação de experiência em coordenação ou elaboração ou responsabilidade técnica de acordo com as disciplinas detalhadas no Anexo III, Quadro 3.

- 11.3.3.3. Deverá ser apresentada a relação nominal dos profissionais de toda a Equipe Técnica, conforme Anexo III – Critérios de Análise e Julgamento das Propostas Técnicas.
- 11.3.3.4. Cada profissional poderá ser indicado apenas para até duas especialidades. A substituição de qualquer um dos técnicos constantes da proposta, só será permitida, em casos excepcionais, devidamente comprovados, e por técnicos com currículos semelhantes que deverão ser previamente aprovados pela SPObras.
- 11.3.3.5. Os técnicos relacionados na equipe técnica da Licitante não poderão integrar, em nenhuma hipótese, equipe técnica de outra Licitante, sob pena de desclassificação de ambas as licitantes.
- 11.3.3.6. **A assinatura do técnico no currículo significará a sua anuência e conhecimento sobre os dados fornecidos, sua concordância quanto à sua inclusão na equipe, nas atividades e níveis definidos, bem como seu compromisso de estar disponível no período proposto.**
- 11.3.3.7. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, ou, no caso de diretor, de cópia da ata da assembleia referente à sua investidura no cargo.
- 11.3.3.8. A SPObras/SIURB poderão, durante a execução contratual, admitir a substituição dos profissionais aprovados na fase de análise e julgamento das Propostas Técnicas, desde que os profissionais propostos para substituí-los possuam experiência equivalente ou superior, inclusive com o número de atestados utilizados para obter a pontuação a ele atribuída na Proposta Técnica.

11.4 OUTRAS CONDIÇÕES

- 11.4.1 A veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados pela Licitante são de sua inteira responsabilidade, sujeitando-se a Proponente e o profissional às sanções previstas nas legislações civis e penais. Os esclarecimentos e as informações prestadas por quaisquer das partes, serão sempre por escrito, e estarão, a qualquer tempo, com vistas franqueadas no Processo de Licitação.

- 11.4.2. A Comissão de Licitação poderá, a qualquer momento e sempre que necessário, efetuar diligência e solicitar maiores esclarecimentos sobre a documentação apresentada, inclusive de terceiros, visando melhor julgamento.

12. PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE Nº 2

- 12.1. As licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, o ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA COMERCIAL devidamente identificado, contendo:

- 12.1.1. Carta de Apresentação da Proposta Comercial, assinada por diretor ou representante legalmente constituído, a ser elaborada de acordo com o modelo que compõe o Anexo IV deste Edital.
- 12.1.2. Declaração formulada em impresso próprio da licitante fornecendo nome e qualificação do(s) representante(s) da empresa com poderes para assinar o contrato com a Administração.
- 12.1.3. Cronograma físico-financeiro das obras e serviços, observando-se o prazo estabelecido no Edital e seus anexos, conforme modelo integrante do Anexo XIII deste Edital.
- 12.1.4. Planilhas de Orçamento, em conformidade com o modelo do Anexo XIII, bem como, em mídia digital, gravado em Excel.
- 12.1.5. Demonstrativo da composição da Taxa de BDI proposta, em forma de porcentagem, em algarismos arábicos, apresentado com duas casas decimais, a ser aplicada sobre os custos unitários da planilha orçamentária, **em formulário e mídia digital**, conforme modelos do Anexo XIII deste Edital.

- 12.2. O valor total a ser ofertado pelo licitante será composto pelo somatório dos preços unitários multiplicados pelos respectivos quantitativos de serviços. Os custos e preços unitários e custos e preços totais apresentados deverão ser truncados com 2(duas) casas decimais.

- 12.3. As licitantes deverão considerar na composição dos preços unitários da planilha deste Edital, as eventuais horas extras em horários especiais (noturno, fins de semana, feriados) de acordo com seu planejamento executivo.

12.4. Deverão ser considerados, nas composições de serviços e respectivos custos unitários, todos os custos dos serviços, inclusive:

- **mão de obra:** pessoal, seu transporte, alojamento, alimentação, assistência médica e social e os equipamentos de proteção individual necessários à segurança pessoal;
- **equipamentos:** operação e manutenção de todos os equipamentos necessários à execução das obras e serviços;
- **materiais:** todos os materiais necessários à execução das obras e serviços.

12.5. Considerar-se-á que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais. Considerar-se-á, assim, que a não indicação no conjunto de composições de custos unitários de qualquer insumo ou componente necessário para a execução dos serviços conforme projetados, significa tacitamente que seu custo está diluído pelos demais itens componentes dos custos unitários, itens estes julgados necessários e suficientes, e não ensejarão qualquer alteração contratual sob esta alegação.

12.6. Nos preços ofertados pelas licitantes deverão estar incluídos todos os tributos, taxas e/ou encargos de quaisquer naturezas devidos aos poderes públicos, federais, estaduais e/ou municipais, comprometendo-se este a saldá-los, por sua conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como todos os custos direta ou indiretamente relacionados com a realização do objeto desta licitação.

12.7. Todos os tributos, inclusive taxas, contribuições fiscais, encargos previdenciários e trabalhistas e emolumentos devidos em decorrência da execução do objeto da presente licitação serão de exclusiva responsabilidade da licitante, que os recolherá sem direito a reembolso.

12.8. As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data de sua entrega, findo este prazo, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos.

12.9. Os custos unitários ofertados pela licitante, aplicados às quantidades de serviços executados, acrescidos da taxa de BDI, constituem-se, a qualquer título, na única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução das obras e serviços.

- 12.9.1. Na eventualidade de novos serviços, os preços adicionais seguirão o descrito na “Norma de Serviços Adicionais” constante do Anexo XIV deste Edital.

12.10. A SPObras não aceitará proposta comercial com valor global ou qualquer preço unitário superior àqueles constantes do Orçamento Referencial.

13. HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 3

O ENVELOPE Nº 3 - HABILITAÇÃO deverá conter todos os documentos necessários para a habilitação do licitante, nos termos do Artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, conforme indicados a seguir.

13.1. Relativos à Habilitação Jurídica

- 13.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 13.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 13.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- 13.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.2 – Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 13.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- 13.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.
- 13.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e contribuições sociais, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014.

- 13.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação.
- 13.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários.
- 13.2.5.1. Tratando-se de licitante com sede fora do Município de São Paulo e que esteja cadastrado como contribuinte neste Município, deverá apresentar, também, a certidão de regularidade relativa à PMSP, referente aos tributos relacionados com o objeto da licitação (ISS);
- 13.2.5.2. Na hipótese de não estar cadastrado como contribuinte neste Município, o licitante com sede fora do Município de São Paulo deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada.
- 13.2.6. Certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no prazo de sua validade, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 13.2.7. Prova de Regularidade Trabalhista, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida a partir de consulta ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) da Justiça do Trabalho.
- Nota 1:** Caso qualquer certidão não tenha o seu prazo de validade consignado nesta, o prazo máximo de sua validade será de 60 (sessenta) dias corridos anteriores à data de apresentação dos documentos de habilitação, a menos que o licitante comprove, mediante apresentação de cópia da Lei ou ato da autoridade local competente, que o documento apresentado se encontra dentro de seu prazo de validade.
- 13.2.8. Para empresa com enquadramento na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal será exigida, observando os seguintes procedimentos:
- a) deverá apresentar toda documentação exigida neste Edital, mesmo que a documentação apresente alguma restrição;

- b) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá no momento que a proponente for declarada vencedora, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa;
- c) a não regularização da documentação no prazo previsto na alínea “b” deste subitem implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no Regulamento, sendo facultado à SPObras convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para assinatura do contrato nas mesmas condições da primeira colocada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.
- d) O benefício relativo à regularidade fiscal não se estenderá a outra empresa integrante do Consórcio, caso referida empresa não faça jus ao regime diferenciado.

13.3 – Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

13.3.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias contados da data prevista para a abertura do envelope contendo a documentação.

13.3.1.1. Será aceito, para a comprovação da capacidade econômico-financeira de empresas em recuperação judicial e extrajudicial, certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar deste certame.

13.4 – Relativos à Qualificação Técnica:

13.4.1. Certidão atualizada de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia – CREA e/ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR (se apresentar Atestados de profissionais registrados nos dois Conselhos, deverá apresentar as Certidões dos dois Conselhos), da sede do licitante, no prazo de sua validade.

13.4.1.1 Caso o registro tenha sido expedido por CREA e/ou CAU de outro Estado que não o da localidade de realização da

licitação, será exigido, para a execução das obras e serviços, o visto do CREA-SP e/ou CAU/SP.

13.4.2. Atestado (s) comprobatório(s) da aptidão técnico-operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da presente Licitação, emitido(s) pelo contratante titular, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, **em nome da empresa Licitante**, em um ou mais contratos, comprovando sua experiência na prestação de serviços, conforme as seguintes especificações e quantitativos:

a) Elaboração de projetos de sistemas viários, com extensão mínima de 1.900 (Um mil e novecentos) metros lineares, que contenham projetos de Geometria, Drenagem, Pavimentação, Obras de Arte Corrente (muros de contenção), Sinalização e Dispositivos de Segurança, Desvio de Tráfego, Urbanismo e Paisagismo, Vala Técnica, Iluminação Pública, Interferências e Desapropriações.

13.4.2.1. Em caso de apresentação de atestados de serviços realizados por subcontratação, para comprovação das exigências acima, deverão ser apresentados os contratos firmados entre a pessoa jurídica de direito público e a contratada principal, acompanhado da autorização da subcontratação.

13.4.2.2. Os Licitantes deverão assinalar com caneta do tipo marca texto nos atestados apresentados a descrição dos serviços.

13.4.2.3. A critério da Comissão Permanente de Licitação e, caso não conste dos documentos apresentados a descrição exata dos serviços, poderá, ainda, ser solicitada a apresentação dos respectivos memoriais descritivos ou planilhas de medição.

13.4.2.4. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) conter a identificação do(s) signatário(s), com nome e cargo.

13.4.3. Declaração de que tomou conhecimento da documentação técnica disponibilizada e dos locais da prestação dos serviços, objeto da licitação, conforme modelo Anexo IX do Edital, estando ciente de que na formulação de sua proposta não poderá alegar desconhecimento das especificações técnicas e dos fatores envolvidos para a realização dos serviços.

13.5 Documentos de caráter geral

13.5.1. Para atendimento do estabelecido no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas atualizações, a licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo VIII deste Edital.

13.5.2. Declaração do licitante, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas discriminadas, conforme Modelo do Anexo VII do Edital.

13.6. Os documentos emitidos via Internet ficarão sujeitos à diligência a ser efetuada pela Comissão Permanente de Licitação, com o propósito da verificação da autenticidade das informações neles contidas.

13.7. Os documentos de habilitação, expedidos por autoridades ou órgãos competentes do local da sede da licitante poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada ou em publicação do órgão da Imprensa Oficial, ou, ainda, por qualquer outra forma prevista em Lei.

14. DO PROCEDIMENTO

14.1. Os envelopes serão recebidos até o horário, data e local estabelecidos no preâmbulo.

14.2. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo, procederá à abertura do Envelope nº 1 – Proposta Técnica, cujas folhas serão rubricadas pela Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes credenciados presentes à sessão pública.

14.2.1. Recomenda-se a participação de um dos representantes credenciados pelas empresas, em todas as sessões da presente licitação.

14.2.2. No momento do credenciamento e, previamente, a abertura do envelope nº 1 - Proposta Técnica, a Comissão Permanente de Licitações encaminhará as garantias de proposta apresentadas para análise e validação pela Gerência Financeira da SPObras.

14.3. A Comissão de Licitação julgará as Propostas Técnicas de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos no Edital, e o resultado será

comunicado às licitantes na mesma ou em outra sessão pública ou através de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

- 14.3.1. Os envelopes nº 2 e 3 das licitantes desclassificadas serão devolvidos, inviolados, após ter decorrido o prazo legal sem interposição de recursos, ou tendo havido renúncia expressa de interposição de recursos, ou após o julgamento dos recursos interpostos.
- 14.4. Caso os envelopes nº 2 e 3 não sejam abertos na sessão de abertura dos envelopes nº 1, eles serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes credenciados das licitantes, e mantidos sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação até a data de abertura dos mesmos.
- 14.5. Após a divulgação da classificação das propostas técnicas e transcorrido o prazo legal sem interposição de recursos, ou tendo havido renúncia expressa da interposição de recursos, ou após o julgamento dos recursos interpostos, dar-se-á a abertura dos Envelopes nº 2 das empresas classificadas, cujo teor será rubricado pela Comissão e representantes presentes.
- 14.6. A Comissão julgará as Propostas Comerciais de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Edital, comunicando o seu resultado às licitantes em conformidade com o estabelecido no item 14.3. deste Edital.
- 14.7. A Comissão efetuará o Julgamento das Propostas Técnicas e de Preços, conforme sistemática de ponderação estabelecida no Edital, classificando-as de acordo com a Nota Final, em ordem decrescente.

Da abertura do Envelope de Habilitação

- 14.8. A Comissão promoverá a abertura dos envelopes de habilitação e examinará os documentos dos licitantes cujas propostas tenham sido classificadas até os três primeiros lugares.
- 14.9. Deliberação da Comissão acerca da habilitação dos três primeiros classificados.
- 14.10. Se for o caso, a Comissão promoverá a abertura dos envelopes e apreciará a documentação de habilitação de tantos concorrentes classificados quantos forem os inabilitados.
- 14.11. A Comissão dará ciência das circunstâncias de inabilitação dos licitantes, na própria sessão ou por publicação na imprensa oficial do Município.

- 14.12. Não ocorrendo desistência expressa de recurso quanto à habilitação ou inabilitação, a Comissão encerrará a sessão, cientificando os participantes do prazo para sua interposição.
- 14.13. Admitir-se-á o saneamento de falhas, desde que, a critério da Comissão, os elementos faltantes possam ser apresentados no prazo máximo de 03 (três) dias, sob pena de inabilitação do licitante e aplicação da multa prevista no edital.
- 14.14. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão Permanente de Licitação.
- 14.15. De cada sessão pública será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada obrigatoriamente pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e facultativamente pelos representantes credenciados presentes.
- 14.16. Transcorrido o prazo recursal, a Comissão encaminhará o processo administrativo à autoridade competente da SPObras para homologação do certame e, após, à autoridade competente de SIURB para ratificação da homologação e adjudicação do objeto.

15. JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

- 15.1. Para efeito de julgamento da proposta técnica será procedida sua análise, verificando o conteúdo das informações de cada uma, nos termos das exigências constantes do Edital e seus anexos, atribuindo-lhes uma Nota Técnica (NT), com base nos critérios detalhados no Anexo III – Critérios de Análise e Julgamento das Propostas Técnicas.
- 15.1.1. A análise das propostas técnicas será realizada por Grupo Técnico devidamente designado para este fim, sendo de sua competência, ainda, a atribuição das respectivas notas técnicas.

15.2. NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA (NT)

A nota da Proposta Técnica – NT será obtida com a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{NT} = \text{N1} + \text{N2} + \text{N3} + \text{N4}$$

Onde:

NT = Nota da Proposta Técnica

N1 a N4 = Nota de cada quesito, conforme o Quadro 1 do Anexo III.

15.3. Serão desclassificadas as propostas técnicas que:

- 15.3.1. Não contemplar ou desatender a qualquer das exigências do edital, na documentação contida no envelope da Proposta Técnica.
- 15.3.2. Não apresentar o conjunto de profissionais, que resultem aprovados, necessários para compor a Equipe Técnica Chave.
- 15.3.3. Obtenham pontuação total inferior a 70 (setenta) pontos, bem como obtenha nota 0 (zero) em qualquer dos itens ou quesitos de pontuação.
- 15.3.4. Contiverem alusão ao conteúdo do Envelope da Proposta Comercial ou fizer quaisquer referências a preços

16. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

16.1 As propostas que atenderem aos requisitos do edital serão verificadas quanto a erros os quais serão corrigidos da seguinte forma:

- 16.1.1. Em caso de discrepâncias entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- 16.1.2. Para a apuração do valor total proposto pelos licitantes, serão corrigidos eventuais erros constatados nos cálculos aritméticos, sempre tendo como imutáveis as quantidades de serviços indicadas na Planilha Orçamentária, integrante dos anexos deste Edital sendo adotados para o julgamento das Propostas Comerciais os valores totais resultantes das correções efetuadas.

16.2 Para efeito de julgamento, os valores estimados pela SPObras serão atualizados até a data de apresentação das propostas, conforme segue:

- 16.2.1. Os valores constantes do orçamento da SPObras serão atualizados para a data de apresentação das propostas, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FINE” (último conhecido),

considerando-se o orçamento sem desoneração, calculado pela seguinte fórmula:

$$I = \frac{V}{V_o}$$

Onde:

I: variação relativa do índice.

V: Valor do índice, para atualização dos custos unitários, no mês da apresentação das propostas. (último índice conhecido).

V_o: Mesmo índice, porém referente data-base do Orçamento Referencial (**Janeiro/2021**).

16.3. Para classificação das propostas com participação de microempresa e de empresa de pequeno porte a Comissão de Licitação deverá:

16.3.1. Verificar se o menor preço alcançado foi ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte, dando continuidade ao procedimento, em caso positivo, sem aplicação do disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06.

16.3.2. Verificar, caso o preço vencedor não seja de microempresa ou empresa de pequeno porte, se há preços ofertados por licitantes assim qualificadas até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço alcançado, caracterizando o empate ficto nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06.

16.3.3. Conceder, no caso de empate ficto, o prazo máximo 03 (três) dias úteis, para que a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, querendo, apresente proposta de preço inferior àquela mais bem classificada.

16.3.4. O intervalo de empate será sempre entre as propostas de microempresa e empresa de pequeno porte e a empresa que ofertou o menor valor, mesmo que entre elas existam preços ofertados por outras empresas.

16.3.5. Caso haja empate real nas propostas escritas de microempresa e empresa de pequeno porte e destas em relação à proposta de menor valor, na forma do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, no

intervalo de até 10% (dez por cento) superior, deve a Comissão de Licitação efetuar sorteio para fins de classificação, bem como para o exercício do benefício do empate ficto.

16.3.6. Caso, no prazo concedido para desempate do empate ficto, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não exerça o benefício de ofertar preço inferior àquele considerado vencedor do certame, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, garantidos os mesmos prazos inicialmente concedidos.

16.3.7. A Comissão de Licitação, alcançado o preço final na nova proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá realizar a análise de sua aceitabilidade, recusando proposta de preço excessivo ou manifestamente inexequível.

16.4. Serão desclassificadas as propostas que:

16.4.1. Não atenderem as exigências do Edital ou apresentá-las em desacordo com a legislação vigente.

16.4.2. Apresentarem valor global dos serviços, bem como qualquer preço unitário superior àquele constante do orçamento da SPObras, atualizados conforme disposto no subitem 16.2.1. deste edital.

16.4.3. Se mostrarem manifestamente inexequíveis, em conformidade com as disposições do § 1º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93, introduzidas pela Lei Federal nº 9.648/98.

16.4.4. Forem omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

16.4.5. Apresentarem oferta de vantagem não prevista neste Edital, ou preço ou vantagem baseada nas propostas de outras licitantes.

16.4.6. Não apresentarem preços/custos para todos os itens descritos na Planilha de Quantidades e Preços Propostos;

16.4.7. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar das licitantes que prestem esclarecimentos quanto aos documentos referentes à Proposta de Preços, desde que, as informações não alterem os preços apresentados e não correspondam a documentos que, originariamente, deveriam figurar da proposta. O não atendimento ao estabelecido implicará na desclassificação da Licitante.

16.4.8. Caso todas as propostas sejam desclassificadas, poderá ser fixado o prazo de até 8 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

16.5. NOTA DA PROPOSTA DE PREÇOS – NP

16.5.1 Para cálculo da Nota da Proposta de Preços (NP) será adotado a fórmula estabelecida pela Controladoria Geral da União, por um Relatório Anual de Contas nº 201306183:

$$NPPi = 100 - \{[(Pi - Pcrt) / (Ved - Pcrt)] \times 30\}$$

Onde:

NPPi = Nota da Proposta de Preços de uma licitante “i”;

Pi = Preço proposto pela licitante “i”;

Ved = Valor apresentado no Edital;

Pcrt = Preço de corte, definido de acordo com a Lei nº 8.666/93 como sendo 70% da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela Administração.

17. JULGAMENTO FINAL – PONDERAÇÃO ENTRE TÉCNICA E PREÇO

17.1 A Nota Final da Proposta será obtida pela ponderação entre a Nota Técnica – NT e a Nota de Preço – NP, de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = \frac{70 \times NT + 30 \times NP}{100}$$

Onde,

NF = Nota Final da proposta técnica e preço

NT = Nota Técnica da proposta técnica

NP = Nota de Preços da proposta comercial

17.2 Classificação Final das Propostas e Vencedor

17.2.1 A classificação será em ordem decrescente, por nota NF, e será considerada vencedora a proponente que obtiver a maior Nota Final NF.

17.2.2. Na hipótese da ocorrência de empate entre duas ou mais proponentes, o desempate será feito por meio de sorteio, em ato público, para o qual serão convocadas todas as proponentes.

17.2.3. Para efeito de cálculo da Nota Final (NF) serão levadas em consideração duas casas decimais.

18. JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

18.1. Serão consideradas habilitadas as licitantes que:

18.1. Apresentarem, com exatidão, todos os documentos solicitados no item “Documentos de Habilitação – Envelopes nº 1” deste Edital.

18.2. Não fizerem quaisquer referências a preços na documentação apresentada.

19. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

19.1. Encerrada a fase recursal, a Licitante vencedora do certame, no prazo de 2(dois) dias contados da publicação do resultado da licitação, deverá entregar à Comissão Permanente de Licitação, suas Listas de Insumos e Planilhas de Composição de Preços Unitários (CPU's), em mídia digital, gravado em Excel, bem como, impressas e assinadas, para que então seja o processo encaminhado para homologação do certame e adjudicação do objeto

19.2 Concluída a análise do material supracitado, os autos serão submetidos a Autoridade Competente para decisão quanto a homologação do certame e adjudicação do objeto ora licitado.

20. DEVOLUÇÃO DA GARANTIA

20.1. A Garantia da Proposta Comercial das licitantes consideradas inabilitadas ou desclassificadas na Proposta Técnica ou na Proposta Comercial será restituída mediante solicitação, feita por escrito à Comissão Permanente de Licitação, após o término do prazo recursal correspondente.

20.2. A Garantia da Proposta Comercial das licitantes consideradas habilitadas e classificadas nas Propostas Técnica e Comercial será restituída após a assinatura do instrumento contratual com a Licitante vencedora desta licitação, mediante solicitação, feita por escrito, à Comissão Permanente de Licitação.

- 20.3. A Garantia da Proposta Comercial da Licitante vencedora será restituída mediante solicitação feita por escrito à Comissão Permanente de Licitação, após a assinatura do contrato correspondente.
- 20.4. Será executada a garantia da LICITANTE que não oferecer as garantias necessárias à assinatura do contrato correspondente ou que se recusar a assiná-lo no prazo em que for convocada, por escrito, pela SPObras/SIURB, e sofrerá as penalidades previstas em lei.
- 20.5. A Licitante declarada vencedora que, sem justo motivo, der causa a ulterior desclassificação da sua proposta, terá a sua garantia executada.

21. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 21.1 Os recursos e impugnações são os previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e deverão ser encaminhados à Gerência de Licitações e Contratos somente através do e-mail licitacoes@spobras.sp.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 8h00 às 17h00. O documento pode ser assinado digitalmente ou no caso de arquivo digitalizado deve ser enviada, conjuntamente, cópia de um documento com foto do signatário.
- 21.2. A impugnação deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.
- 21.3 O recurso deverá ser dirigido ao Presidente da SPObras, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação.

22. CONTRATAÇÃO

- 22.1. A licitante adjudicatária desta Concorrência será notificada por escrito ou através de publicação no Diário Oficial Cidade de São Paulo, para assinar o Instrumento Contratual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela SPObras/SIURB.
- 22.1.1. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos, decairá do direito à contratação, além de sofrer a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor total estimado para a contratação, previsto no preâmbulo deste Edital.

- 22.2. Até a data de assinatura do contrato a licitante adjudicatária desta licitação deverá prestar garantia de execução contratual em dinheiro, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo, seguro-garantia ou carta de fiança bancária, na importância equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. O seguro-garantia ou a carta de fiança deverão ser expedidos preferencialmente por seguradora/estabelecimento bancário com domicílio no Município de São Paulo.
- 22.2.1. Se a licitante prestar garantia na modalidade de Carta de Fiança Bancária, esta deverá ser emitida pelo banco de acordo com o modelo deste edital.
- 22.2.2. A garantia quando prestada nas modalidades fiança bancária ou seguro garantia deverão observar as normas editadas pela Secretaria Municipal de Finanças – SF, que dispõe que essas garantias deverão ser prestadas preferencialmente por estabelecimento bancário ou seguradora com domicílio no Município de São Paulo.
- 22.2.2.1. Caso a fiança bancária não seja prestada por estabelecimento domiciliado no Município de São Paulo, deverá constar no verso da garantia apresentada o endosso que atribua a um estabelecimento bancário ou seguradora com domicílio na Cidade de São Paulo, total comprometimento, inclusive com responsabilidade solidária, com todos os termos constantes da garantia.
- 22.2.3. Se a licitante prestar a garantia na modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser paga à vista e o documento comprobatório da quitação ser entregue juntamente com o depósito da garantia.
- 22.2.4. Não será permitida garantia em títulos gravados com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade ou intransferibilidade.
- 22.3. No caso de consórcio, para a assinatura do contrato deverá ser apresentado o instrumento de constituição do consórcio devidamente arquivado e registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo.
- 22.4. A futura Contratada deverá entregar à SPObras, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, cópia autenticada da Anotação

de Responsabilidade Técnica – ART, de conformidade com disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977 e com Resolução nº 307/86, do CONFEA.

- 22.5. Estará impedida de contratar a adjudicatária que estiver com registro no Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, nos termos da Lei nº 14.094/05 e Decreto nº 47.096/06.

23. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 23.1. Os critérios de medições, faturas e forma de pagamentos estão definidos na Minuta do Contrato – Anexo XI do Edital.
- 23.2. Os critérios de reajuste estão definidos na Minuta do Contrato – Anexo XI do Edital.
- 23.3. As obrigações da contratante e contratado estão definidas na Minuta de Contrato – Anexo XI do Edital.
- 23.4. As penalidades às quais se sujeitará o contratado estão definidas na Minuta de Contrato – Anexo XI do Edital.
- 23.5. As condições de recebimento dos serviços estão definidas na Minuta de Contrato – Anexo XI do Edital.
- 23.6. A futura CONTRATADA deverá entregar à SPObras, em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, cópia autenticada da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou RRT e/ou TRT de todos os profissionais envolvidos na execução do objeto contratado, conforme segue:
- Todos os profissionais envolvidos na execução contratual e registrados nos Conselhos Profissionais como: CREA SP - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo, CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, CFT - Conselho Federal de Técnicos Industriais, CRBio - Conselho Regional de Biologia da 1ª Região (SP/MT/MS), CRQ Conselho Regional de Química da IV Região (SP), CRMV SP – Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, dentre outros conselhos pertinentes deverão apresentar suas respectivas ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (registro de Responsabilidade Técnica) e TRT (Termo de Responsabilidade Técnica), com suas respectivas responsabilidades técnicas.

- É obrigatório que as ART/RRT/TRT entregues correspondam a todos os Profissionais, inclusive do Preposto, e demais profissionais constantes da Equipe Técnica (indicada na licitação), em Medição com AHT (apropriação de horas técnicas), bem como à Equipe Técnica indicada nos Relatórios Técnicos elaborados, bem como correspondam à Equipe indicada no Registro de Participação de outros profissionais do respectivo Livro de Ordem (item III).
- Deverá ser observada similaridade nas informações, ou seja, se o profissional técnico assina um relatório / projeto / memória de cálculo / croqui / Diário de Obra / Livro de Ordem (ou qualquer outro documento relativo ao desenvolvimento dos serviços contratados) e sua atuação for disciplinada por qualquer Conselho Profissional relacionado à execução contratual – este profissional deve preencher ART/RRT/TRT; se for registrado no Sistema CONFEA/CREA, deverá estar relacionado no Livro de Ordem (item III); se o contrato estabelecer AHT (apropriação de horas técnicas), este profissional deverá estar ali relacionado – com indicação de suas respectivas atividades no prazo máximo de até 10 dias corridos da data de formalização do contrato.
- Se houver qualquer alteração contratual de valor, prazo ou serviços técnicos executados, os profissionais citados deverão recolher nova ART e/ou RRT complementares e vinculadas às iniciais, de forma a demonstrar a alteração ocorrida, no prazo máximo de até 10 dias corridos da data de formalização do Termo de Aditamento que promoveu a alteração no contrato.

23.7. O Preposto indicado pela CONTRATADA deverá possuir habilitação técnica de nível superior com cadastro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Poderá ser admitida a subcontratação parcial dos serviços e fornecimento necessários para execução do objeto do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor contratual, condicionada à análise e prévia autorização escrita da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras – SIURB através de Termo de Aditamento ao contrato, restrita aos serviços no Item 11 – Subcontratação do Termo de Referência.

24.2. A subcontratação não exime a CONTRATADA pela integralidade da responsabilidade assumida perante SIURB, sendo a CONTRATADA a

responsável pelos serviços executados pela sua Subcontratada, bem como por todas as despesas e custos destes decorrentes.

25. ANTICORRUPÇÃO

25.1 Na execução do futuro contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto contratado, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1. Se, por qualquer motivo, o(s) representante(s) das empresas participantes não puder(em) comparecer a alguma sessão desta licitação, será permitida a nomeação de outro(s) representante(s), desde que seja apresentada nova carta de credenciamento, conforme o modelo do Anexo V.
- 26.2. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar esclarecimentos e/ou informações para dirimir dúvidas que surjam, nos termos do art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 26.3. Se as licitantes inabilitadas e/ou desclassificadas não retirarem os respectivos envelopes não abertos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação feita por escrito, pela SPObras, eles serão destruídos.
- 26.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia da SPObras.
- 26.5. A licitante deverá arcar com todos os custos associados com a preparação e apresentação dos documentos e de sua proposta. A SPObras, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação e/ou os resultados desta.

São Paulo, 25 de novembro de 2021.

Maria Beatriz M Millan Oliveira
Presidente da Comissão Permanente de Licitações